

A HISTÓRIA DAS PRESAS POLÍTICAS DO BOM PASTOR

Thalyta Rafaella de OLIVEIRA*
Lucimar Avelino da SILVA**

Resumo: Esta pesquisa tem como finalidade relatar a História das 24 mulheres que ficaram presas no Presídio Feminino do Bom Pastor, localizado no bairro do Engenho Meio, no Recife, entre os anos de 1969 e 1975 sob acusação de um crime diferentes das demais presas: eram consideradas de atividades subversivas, contra o regime militar instalado no Brasil desde abril de 1964. Eram jovens que militavam em organizações de esquerda - a maioria ligada aos movimentos estudantis - e chegaram a Pernambuco na clandestinidade. Ao serem presas, a maior partes delas, seguiu pra o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), quando chegaram no Bom Pastor, foram surpreendidas por um ambiente bem diferente, descrito por essas mesmas mulheres hoje como uma espécie de "paraíso" comparado aos demais presídios femininos.

Palavras-chave: Ditadura militar, Bom Pastor, memória.

Introdução

Essa pesquisa tem como objetivo contar um pouco da história das presas políticas que ficaram detidas na Penitenciária feminina do Bom Pastor, localizada no Recife, entre os anos de 1969 a 1975. Assim como analisar os motivos que a levaram a ser presas, o contexto histórico e político da época, suas militâncias e o tratamentos que elas receberam enquanto estiveram presas no Bom Pastor.

Tem como objetivos específicos, compreender os papéis das mulheres e as funções que as mesmas desenvolviam nas organizações de esquerda as quais estavam inseridas; analisar a situação psicológica e física dessas mulheres ao chegarem no Bom Pastor e perceber o tratamento que as presas políticas do Bom Pastor receberam em relação aos demais presídios femininos do país.

Com a capacidade para receber 150 presas, o Presídio Feminino do Recife - antigo Bom Pastor, localizado no Bairro de Engenho Meio, acomoda hoje, 651 mulheres que cumprem pena por mais variados crimes. No entanto, na década de 70, esse mesmo presídio recebeu 24 mulheres, que chegaram de diferentes lugares e sob acusação de um crime diferente das demais presas: crimes considerados de atividades subversivas, contra o regime militar instalado No Brasil desde abril de 1964.

Contudo, essas presas políticas antes de chegar á carceragem pernambucana, passaram por uma penosa peregrinação nos quartéis e DOI-CODI espalhados pelo país, onde foram submetidas as mais diversas torturas tanto fisicamente como psicologicamente. Estudantes ou trabalhadoras, eram todas jovens. Presas, maltratadas e torturadas seja por atos de constatação – por vezes ingênuos e inofensivos – contra um Estado opressor, seja por um combate mais contundente – em forma de violência – á política vigente.

Ao chegarem ao Bom Pastor, foram surpreendidas por um ambiente bem diferente, descrito pelas mesmas hoje como uma espécie de "paraíso" comparado aos demais presídios

* Graduada em História pela Universidade Católica de Pernambuco; thalyta_rafaela@yahoo.com

** Graduada em História pela Universidade Católica de Pernambuco; luci_avelino79@hotmail.com

femininos. Nesse grupo que ficou preso no Recife, apenas seis eram pernambucanas, as demais vinham de outros lugares do Nordeste - em especial o Ceará - ou de Estados como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Eram jovens que militavam em organizações de esquerda - a maioria ligada aos movimentos estudantis - e chegaram a Pernambuco na clandestinidade. Ao serem detidas, a maior parte delas, seguiu pra o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), localizado na Rua da Aurora. Ali, se juntavam aos demais presos políticos, sofrendo sessões de torturas e maus- tratos diários.

No início, as recém-chegadas eram instaladas na mesma ala que as presas comuns, posteriormente, foram transferidas para o casarão anexo ao presídio, que hoje funciona como um depósito. Até chegarem no Bom Pastor, essas mulheres cumpriram um trajeto No dia-dia, elas dividiam as tarefas domésticas: algumas cozinhavam, outras limpavam ou lavavam as áreas coletivas. Nas horas de lazer, jogavam vôlei, tocavam violão, ouviam música ou faziam grupos de leituras trazidos por familiares e amigos durante os domingos de visita.

Naquele tempo, o Bom Pastor guardava uma particularidade. Como era administrado pela Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor*, dona do terreno de dez hectares onde está instalado o presídio, a custódia das detentas estava sob responsabilidade das freiras, ao invés de militares ou policiais. A Própria área onde hoje as mulheres são alojadas foi construídas, originalmente, para receber as alunas internas da congregação, o que se traduziu num ambiente mais arejado e sem atmosfera de “prisão” dominante em outros locais. O clima, portanto, se representava bem menos hostil do que as expectativas otimistas de qualquer presa política da época poderiam indicar.

A temporada no “corredor das celas” propiciou o convívio entre as presas políticas e as chamadas “presas comuns”. Como já foi dito anteriormente, quem se encaixava na primeira categoria possuía algumas “regalias” em relação á segunda, embora esta nem sempre fosse a regra geral adotada em outros presídios do País. O status de presa política costumava ser reivindicado como forma de combater a estratégia do governo do governo militar de enquadrar as mobilizações contra o regime no rol de crimes comuns, através da nova Lei de Segurança Nacional, outorgada em 20 de março de 1969. Tratava-se ainda de uma tentativa de mascarar os atos de insatisfações com o Estado, visando não difundi-los ante a sociedade em geral.

No Bom Pastor, pelo menos até o ano de 1973, as presas políticas não tiveram dificuldades em preservar sua condição diferenciada (tais como possuir as chaves das próprias celas, além de gozar de livre circulação pelo território do presídio a qualquer hora do dia), em relação às demais detentas, o que não impediu, entretanto o estabelecimento de laços entre os dois grupos. Enquanto compartilhavam o mesmo corredor, as “subversivas” se preocuparam em tentar diminuir o abismo social que separavam as duas partes, resolveram desempenhar um certo papel pedagógico, ensinando a ler, escrever cartas para seus respectivos namorados e familiares, e ainda havia uma estudante de medicina no meio desse grupo que cuidava da saúde das mulheres que estavam presas nas mais diversas situações como assassinatos, tráfico de drogas, roubos. Apesar da pouca informação que essas possuíam, a maioria compreendia o motivo daquelas mulheres – jovens e estudantes de classe média – estarem dividindo o ambiente que elas. Compreensão esta que também se demonstrava em forma de respeito, reverência ou até mesmo amor platônico. Esse mundo desconhecido era também muito atraente pelas diferenças.

No entanto, essa convivência não durou muito, é que a partir do final de 1970, a convivência diária com as presas comuns terminou sendo cortada por motivos desconhecidos até hoje. Na verdade existem duas versões para o caso. A primeira diz que havia um plano de fuga articulado entre uma presa comum e uma presa política. Já a outra versão que circulou na época é que os integrantes do PCBR planejavam “resgatar” as militantes confinadas no Bom Pastor.

Pelo sim ou pelo não, as presas políticas acabaram sendo afastadas das detentas comuns e transferidas para uma ala à parte. Se as grades já não havia, agora eram as celas que ficaram para atrás.

O ápice do “bem estar” se desenrolou entre 1970 e 1973, período em que a maioria das 24 mulheres permaneceram presas. As celas no corredor das presas comuns foram trocadas por uma ala reservada às presas políticas, uma casa a parte dentro do presídio, onde era permitido cozinhar a própria comida, organizar o recinto a sua própria maneira e ainda experimentar algumas horas de lazer para matar o tempo. Esse tratamento as diferenciavam das presas comuns. Para essas mulheres sejam elas, estudantes, militantes ou operárias, que viveram esse período, preservam, com toda razão, uma visão onírica do Bom Pastor, sempre comparando com experiência vivenciada em outros lugares a mando da repressão.

A DITADURA MILITAR NO BRASIL

Após o término da II Guerra Mundial o mundo foi dividido em dois blocos antagônicos: o capitalismo liderado pelos Estados Unidos, e o outro bloco comandado pela URSS. Porém, essa bipolaridade não ficou restrita a esses dois países, a guerra fria como ficou conhecida, se estendeu aos demais países do globo. Apesar de não ter chegado ao confronto armado, possibilidade de uma nova guerra deixava todos preocupados, principalmente por terem recém - saído a pouco de uma. Para aumentar e garantir sua soberania, os Estados Unidos “prestava ajuda financeira” aos países cujo a economia havia enfraquecida com a guerra.

Ainda faziam parte dessa quadro a crise dos mísseis em Cuba, a questão de Berlim e a implantação de ditaduras na América Latina.

A ameaça comunista era grande afinal de contas, os países aliados aos Estados Unidos temiam a possibilidade de um golpe, como ocorrido em Cuba.

No Brasil, o Presidente João Goulart, havia anunciado no comício na Central do Brasil no Rio de Janeiro as reformas de base. Além de enfraquecer sua imagem, tal fato desagradou a classe média brasileira que em resposta as atitudes de Jango, organizaram junto a Igreja Católica a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Esse acontecimento foi o pretexto que os militares estavam querendo para deflagrar o golpe.

E como não podia ser diferente, no dia 01 de abril de 1964, foi instalado o regime militar que duraria 21 anos e deixaria marcas profundas em nossa sociedade.

Nos primeiros quatro anos, podemos notar uma certa tolerância em relação a oposição ao regime. No entanto, a partir de 68, a ditadura passa a ser escancarada, como afirma Elio Gaspari.

Prisões, torturas, mortes, desaparecimentos e censura aos meios de comunicação se tornarão constantes nesses anos de chumbo.

Todos aqueles que fossem contra o regime eram vistos como possíveis ameaças. Logo, sindicatos, organizações de esquerda, estudantes foram considerados um perigo ao regime.

Nesse grupo estão incluídos as mulheres militantes que principalmente, na década 60 irão mudar sua postura. Uma vez que Até, pelo menos, o fim da década de 60 as mulheres ocupavam posições submissas na política e na sociedade brasileira. Com a liberação feminina, em fins da década de 60, as a tomar parte nas lutas políticas, destierotipar a imagem da mulher mãe esposa dona de casa mulheres passaram que vive em função do mundo masculino. A mulher deixou de ser considerada como algo privado para ser público. Já que antes seu papel estava relacionado como Dona do Lar, filha e Esposa. Agora a mulher estava participando da política, contestando e pegando em armas.

De acordo com FERREIRA os papéis masculinos e femininos são socialmente criados e culturalmente definidos, no qual, a posição da mulher, dentro do espaço social marcado pelo binômio público/privado, a insere na esfera do doméstico, do particular, enquanto que para os homens, a esfera pública, política é o seu lugar. Ou seja, as mulheres agora, estão ocupando um lugar que não lhes pertence.

Com isso as mulheres militantes se tornaram duas vezes mais subversivas, uma por ser mulher e estarem envolvidas com a política e a segunda por serem contra o regime.

A participação das mulheres dentro das organizações de esquerda, como: partidos políticos, movimento estudantil e movimento armado, numericamente foi menor que a dos homens. Ridente (1996), em uma análise quantitativa sobre a presença feminina nestas organizações, utilizando dados estatísticos extraídos do *Projeto Brasil: Nunca Mais (BNM)*, mostra que cerca de 84% dos processos movidos contra opositores do regime eram de homens. Este número reduzido de mulheres é reflexo de uma sociedade machista que via a mulher pertencendo exclusivamente ao papel privado e não como militante.

A atuação das mulheres nas atividades das organizações em sua maioria, era muito secundária. A discriminação não era apenas dos companheiros de movimentos, mas também da própria família que não via com bons olhos o envolvimento de suas filhas em organizações de esquerda.

Mulheres e Órgãos Repressivos

Além de discriminações sofridas nas organizações das quais participavam, as mulheres ainda foram vítimas do aparelho repressivo brasileiro. Para este, as mulheres mereciam ser mais torturadas porque além de serem consideradas subversivas e estarem indo contra a ordem imposta, ainda ousavam participar da política, espaço reservado aos homens, ao invés de estarem em suas casas alheias ao que acontecia com o país.

A tortura foi indiscriminadamente aplicada no Brasil, indiferente do sexo ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividades subversivas. Não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sua sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentam sobre relações efetivas de parentesco (BRASIL NUNCA MAIS, 1985).

A mulher militante diante dos órgãos de repressão se tornaria mais que um sujeito subversivo. É inegável que a tortura nas mulheres seria algo ainda pior, uma vez que além de sofrerem violências físicas, psicológicas, as mesmas eram submetidas a violência sexual, acompanhada, em sua maioria, por vexames sexuais como forma de tortura. Há relatos inclusive, de mulheres que porventura vieram a engravidar de seus algozes, ou aquelas que foram torturadas durante a gravidez e com tais torturas acabaram abortando.

Na tortura, as técnicas para provocar a dor lancinante ou o desespero moral eram aplicadas indistintamente, a intenção do uso do corpo da presa era instrumental. Os algozes torturadores viam no corpo e no sujeito nele aprisionado um objeto capaz de produzir informações. Uma vez encontrado o ponto fraco da presa, era imprescindível utilizá-lo de modo insistente e eficaz.

A repressão tinha como finalidade fragilizar, amedrontar, coibir, fazendo com que a mulher se sentisse numa condição de inferioridade em relação aos homens, principalmente, ao homem militar.

Na sua vontade de serem vistas apenas como militantes, em detrimento de sua condição feminina, descuidavam-se da aparência pessoal. Isso ocorria na medida em que a militância política trazia outros valores, portanto uma mulher para ser militante não deveria se importar com a vaidade, ou seja, com a aparência. Não havia lugar para vaidade ou assuntos do gênero na militância.

A prisão das mulheres militantes obedecia à lógica política da repressão para eliminar a oposição ao regime militar, não estabelecendo distinção entre as militantes. A classe social a qual pertencia a militante seria levada em consideração quando eram presas. Se fosse operária teria um tratamento diferencial, por exemplo, das militantes que por sua vez fossem da classe

média. Não que essa última deixasse de sofrer abusos e torturas, porém, o fato de ser operária era algo mais agravante para os torturadores, em virtude de sua condição econômica/social.

Nesse contexto, se estabelece uma relação direta entre os agentes da repressão e as mulheres. Relação de poder, baseada na violência, tortura e humilhação, sem qualquer intermediação da lei ou do direito, onde valia tudo. Durante o período no qual foi estabelecido o regime militar brasileiro, em momento algum, os preceitos estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos foram levados em consideração, ou seja, foram respeitados. “Tal situação se ratifica com afirmação de um agente do DOI-CODI, relatada por uma militante presa e torturada:” Aqui não existe nem Deus, nem pátria, nem família. Só você e nós.”

O sistema repressivo não fez distinção entre homens e mulheres. O que variou foi a forma de tortura. Além das naturais diferenças sexuais da mulher, uma eventual gravidez a torna especialmente vulnerável. Por serem do sexo masculino, os torturadores fizeram da sexualidade feminina objeto especial de suas taras (BRASIL NUNCA MAIS, 1985).

DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA

Segundo Pesavento, o referencial teórico é:

[...]a bagagem de leituras e de conhecimentos que todo historiador deve ter para situar o seu tema e objeto, historicizando-o. se há um capital próprio à formação do historiador é justamente esse: ter um volume de conhecimentos disponíveis para serem aplicados e usados, dando margem a uma maior possibilidade de conexões e inter-relações (PESAVENTO, 2005. p. 66).

Ou seja, os conhecimentos prévios que temos sobre determinado tema e objeto são essenciais na construção de uma nova narrativa sobre os mesmos. Essa “bagagem” possibilita a multiplicidade de interpretações e faz parte da metodologia do historiador. Para conhecer mais sobre o tema e objeto aos quais me propus a analisar, tive que me amparar em uma produção bibliográfica sobre o período ditatorial brasileiro, sobre a história das mulheres e sobre mulheres militantes que se opuseram à ditadura nacional.

De acordo FOUCAULT, houve durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo- ao corpo se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam. Tal tática foi muito utilizada pelos militares durante o regime militar.

Não se pune portanto para apagar um crime, mas para transformar um culpado (atual ou virtual); o castigo deve levar em si uma certa técnica corretiva (FOUCAULT, Vigiar e Punir, ano?.P?).

O autor, ainda afirma no capítulo I (p. 117-142), que ao descrever as ‘modernas’ formas e tecnologias para criar “corpos dóceis”. Uma das premissas para isso é a “arte das distribuições”, isto é, distribuições de espaço e de corpos no espaço. Deve haver uma tendência a criar a disciplina a partir da arte de distribuição. Um segundo ponto é o controle da atividade dos corpos distribuídos no espaço. A organização das gêneses e a composição das forças também fazem parte deste ideário de controle social.

Referente ao período ditatorial brasileiro, encontramos obras que muito nos auxiliaram como, Maria Helena Moreira Alves, em seu *Estado e oposição no Brasil* e Elio Gaspari – *A Ditadura Envergonhada* e *A Ditadura Escancarada*. Ambos, tratam do golpe, da repressão e torturas, da igreja católica, da oposição, etc. Temos ainda o livro de Paulo Cavalcanti, que é mais biográfico do autor, *O Caso Eu Conto Como o Caso Foi*, vol. II e IV, trata-se de uma abordagem no âmbito pernambucano sobre os acontecimentos do período.

Podemos destacar também, *Batismo de Sangue de Frei Betto*, e Alfred Sirkis, em seu *Os Carbonários*, no qual relatam suas participações durante os acontecimentos do período. Sobre a oposição ao Regime militar, entre tantas outras biografias, *o Dossiê Brasil Nunca Mais, que faz um levantamento sobre as práticas de tortura, as pessoas que foram presas e consequentemente torturadas pelos órgãos públicos*.

Com relação participação das mulheres no movimento de oposição ao regime ditatorial, as obras são escassas. Temos a obra de Ana Maria Colling, *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*, que através dos depoimentos de seis mulheres e de dois homens ex militantes, que atuaram no Rio Grande do Sul, e de documentos do DOPS ela analisa as questões de gênero e a como foi prisão dessas mulheres no Presídio Feminino Bom Pastor, no Recife.

Mulheres, militância e memória, de Elizabeth F. Xavier Ferreira, traz o depoimento de treze mulheres que foram presas políticas. Ela ainda trata da questão de gênero além de como essas mulheres reagiram as torturas físicas e psicológicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL: Nunca mais. 19. Ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil.** Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. **Mulheres, militância e memória.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A ditadura escancarada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 399-429.

SIRKIS, Alfredo. **Os Carbonários: memórias da guerrilha perdida.** 6. Ed. São Paulo: Global, 1981.

VENTURA, Zuenir. **1968: O ano que não terminou.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor, orgs: **Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino.** São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

CARVALHO, L. M. **Mulheres que foram à luta armada.** São Paulo: Globo, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da violência nas prisões.** 37ª edição. Petrópolis: Vozes, 1980.